

**“Zonas de Sacrificio”: Impactos socioambientais e a pesca artesanal
em Barra do Riacho, Aracruz (ES)**

**“Sacrificial Zones”: Socioenvironmental impacts and artisanal
fishermen at Barra Do Riacho, Aracruz (ES)**

Luiz Henrique Vieira

luizh.vieira@ufv.br

Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e mestre em Educação pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Recebido em : 28/08/2018
Aprovado em: 31/10/2018

Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão
Rural (UFV)

ISSN 2359-5116 | V. 7 | N.2 | JUL.-DEZ.2018

RESUMO

O trabalho visa a expor e analisar os impactos socioambientais na comunidade de pescadores artesanais de Barra do Riacho, município de Aracruz (ES), que são decorrentes de um arranjo industrial e projetos afins que afetam o movimento de reprodução da atividade pesqueira. A partir da década de 1960, com a chegada do grupo Aracruz, até os dias atuais, com o *boom* do setor petrolífero no Espírito Santo, a comunidade de pesca artesanal vem passando por diversas sobreposições de impactos socioambientais que conformam um conflito territorial. A política governamental do estado do Espírito Santo anuncia que esse local de estudo receberá investimentos e incentivos públicos e privados. Cria-se, assim, na lógica desenvolvimentista, mais uma “zona de sacrifício”, acentuando assimetrias no território.

Palavras-Chave: Pescadores; Impactos Socioambientais; Conflitos; Empreendimentos Industriais; Território.

ABSTRACT

The article aims to present and analyze the social and environmental impacts of the artisanal fishermen community of Barra do Riacho in Aracruz (ES). These impacts are a result of an industrial arrangement and related projects that affect the reproductive movement of the fishing activity. Since the 1960s, with the arrival of the Aracruz group, until today, with the “boom” of petroleum sector in Espírito Santo, the artisanal fishing community has been experiencing several overlapping socioenvironmental impacts that constitute a territorial conflict. The government policy of Espírito Santo state announces that this place of study will receive public and private investments and incentives. Thus, in the developmental logic, a “sacrificial zone” is created, accentuating asymmetries in the territory.

Keywords: Fishermen; Socioenvironmental Impacts; Conflicts; Industrial Enterprises; Territory.

Introdução

Este artigo identificou e analisou os impactos socioambientais sobre a pesca artesanal, gerados a partir da década de 1960 com a chegada da Aracruz Celulose (atualmente denominada Fibria¹), culminando no estabelecimento de um complexo industrial composto por grandes empresas em Barra do Riacho, município de Aracruz, no Espírito Santo. Muitas foram as mudanças e imposições sofridas pelos pescadores ao longo de décadas devido à política governamental e industrial que afetou e afeta diariamente a reprodução de suas atividades.

A leitura geográfica é fundamental para compreender a gravidade desse conflito, em que de um lado se encontra a face do hegemônico (complexos industriais), e de outro, a expressão do modo tradicional de vida e trabalho (a pesca artesanal). Trata-se de duas formas de apropriação do território, que conformam territorialidades distintas: uma expressando a lógica industrial, exploratória e capitalista; e a outra correspondendo à manifestação de um modo de vida, identidade e pertencimento. A primeira, na lógica capitalista, utiliza o território apenas como um recurso a ser apropriado para transformá-lo em mercadoria dentro do cenário global. A segunda mantém marcas do vivido, repleto de experiências e histórias que se perpetuam, mesmo com os conflitos e perdas, e que deixam sinais no território, cultura que se mantém como resistência em um mundo onde a pesca artesanal sofre grandes avarias.

As histórias e os saberes contados pelos grupos dominantes acabam, na maioria das vezes, sendo a única forma de interpretar um conflito, no qual comumente as outras racionalidades são subalternizadas. Outras vezes, nem o conflito é considerado pela ordem hegemônica, pois legitimá-lo pode sinalizar a existência de duas tensões de lados opostos. Comunidades tradicionais, como a dos pescadores artesanais, são privadas ou limitadas por grandes empresas em relação ao acesso aos recursos naturais dos quais dependem para perpetuar seu modo de vida. Essa cultura pesqueira está sendo reduzida pelos mecanismos de mercado, pois, para os grupos empresariais dominantes, sua presença não contribui para a dinâmica de acumulação, sendo considerada um empecilho para as políticas desenvolvimentistas (ESCOBAR, 1996). Não é possível compreender os arranjos produtivos industriais fora do contexto da globalização, ou do “globalitarismo” (Santos, 2006), no qual todas as grandes empresas situadas em Barra do Riacho e no Espírito Santo estão inseridas.

¹ Com a fusão, em 2009, da Aracruz Celulose com o grupo Votorantim Celulose e Papel, é criada a Fibria.

No ano de 2015, mais um impacto surgiu na região, advindo do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, pertencente à Samarco, no município de Mariana, em Minas Gerais. Esse substrato tóxico se espalhou por toda a bacia hidrográfica do Rio Doce, que, ao desaguar no mar, em Regência, no município de Linhares, ao norte de Aracruz, contaminou a costa capixaba, afetando, entre outras comunidades pesqueiras, a comunidade de Barra do Riacho.

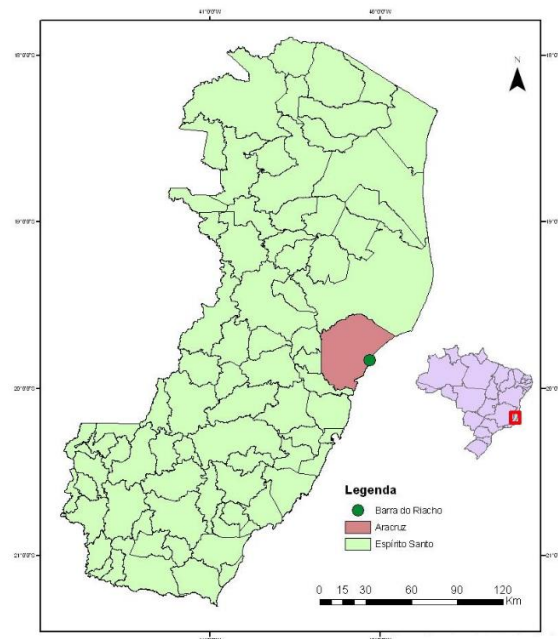
Para a elaboração deste artigo, foi realizada revisão bibliográfica acerca dos conflitos e impactos socioambientais, análise de documentos públicos, entrevistas com três pescadores e trabalhos de campo em Barra do Riacho.

Resultados e discussão

A pesca artesanal em Barra do Riacho

O município de Aracruz localiza-se no norte do estado do Espírito Santo e é banhado pelo oceano Atlântico em sua porção leste. Barra do Riacho é um bairro, com limites litorâneos, do município de Aracruz, possuindo 6.042 habitantes (IBGE, 2010).

Mapa 1: Localização da Barra do Riacho, Aracruz



Fonte: Autoria própria.

Esse nome advém de sua característica físico-geográfica. O Rio Riacho, que passa pela comunidade, deságua no mar, e a área é caracterizada por uma barra que se constitui numa formação geomorfológica comumente encontrada em nosso litoral, onde o curso d'água do rio gera um processo de deposição sedimentar ao chegar próximo à sua foz, originando uma barra arenosa paralela à costa, que altera de posição ao longo do tempo (GUERRA, 1993). Contudo, veremos que inclusive a foz sofre com os impactos ocasionados pelo complexo industrial. Na proximidade da foz do Rio Riacho, existem cais de onde os barcos dos pescadores partem para o mar e para onde retornam com o pescado a ser vendido nas peixarias locais (há 14 estabelecimentos no bairro) e em outros mercados, bem como a ser consumido pelas próprias famílias dos pescadores. Segundo eles, o mar próximo a Barra do Riacho já foi a maior bacia pesqueira do município, mas hoje a situação é distinta.

Na costa litorânea do Espírito Santo, os pescadores se organizam através de 13 colônias, 25 associações, uma cooperativa e uma Federação (BRANCO; SGANZERLA, 2010). Os saberes tradicionais relacionados à pesca são exercidos a partir das relações e ações do cotidiano, de maneira a garantir a reprodução da vida e dos costumes no território. Muitos dos conhecimentos são passados de geração em geração e através da vivência, experimentando técnicas e observações. De acordo com Costa (2004), o território é visto enquanto manutenção de um modo de vida, identidade e recursos vitais; logo, os pescadores se encontram na defesa desse modo de vida e de sua reprodução. Entretanto, nas últimas décadas, esses saberes têm enfrentado tensões decorrentes de intenções que buscam inibir esse movimento em Barra do Riacho devido, entre outras questões, à ausência de políticas públicas do Estado, bem como à presença de grandes navios de pesca industrial e, principalmente, de grandes empreendimentos industriais instalados e a serem construídos na localidade.

Diante desse quadro, os pescadores se organizam politicamente através da Associação de Pescadores Artesanais de Barra do Riacho (ASPEBR), da qual também participam os pescadores de Barra do Sahy. A pesca é realizada em sua grande parte no mar, visto que no Rio Riacho e em seus afluentes a quantidade de peixes é bem inferior. A partir das conversas efetuadas com os pescadores, podemos entender que a atividade da pesca artesanal possui características e problemas bem particulares em Barra do Riacho. De acordo com um pescador, membro da ASPEBR, a pesca artesanal consiste em:

Um pescador que produz e ajuda a reproduzir, ele cuida, conhece o dia dia (sic), na realidade tá (sic) junto com a natureza, produz sem devasta (sic) e sem destruí, na verdade ele cuida e conhece os berçários, é modo de vida né... (sic) já o pescador industrial só tira, tira... o pescador artesanal tá (sic) de olho em quem veio pescar, destruí (sic) e briga pra impedi (sic) que os empreendimentos destrua (sic) os berçários [...] a pesca artesanal sabe o que está passando na região, diferente da pesca industrial que não sabe que as empresas tão (sic) aqui impactando [...] é um profissional na área pesqueira e trabalha consciente na área de reprodução e é impactado junto com as espécies [...] ser pescador artesanal não quer dizer que é inferior, pelo contrário né (sic), ele sabe muito mais que o industrial, principalmente o dia dia (sic) na natureza, as consequências da poluição no ambiente (Pescador 1, Entrevista realizada pelo autor em Barra do Riacho em 28 de março de 2012).

Em diálogo, podemos também conceber a pesca artesanal como expressão de um “conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber fazer transmitidas oralmente nas comunidades de pescadores artesanais com função de assegurar a reprodução de seu modo de vida” (DIEGUES, 2004, p. 32).

Logo, essas contribuições nos fazem perceber que a pesca artesanal possui uma relevância cultural no território e, por meio de suas características, concorre para o equilíbrio do ambiente e para a sobrevivência de milhares de famílias. Aliás, entende-se o território como

Fruto da interação entre relações sociais e controle do/pelo espaço através de relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação) (COSTA, 2004, p. 235).

O território, então, passa a ser um espaço de referência para a construção de identidades. O mar torna-se ambiente de reprodução do modo de vida tradicional e de seus saberes, onde as relações são marcadas por essa mesma identidade construída pelo grupo social em questão. Sendo assim, compreende-se que a pesca artesanal é mais que simplesmente uma atividade que procura e recolhe peixes e outros seres do mar, é também uma relação de identidade e pertencimento, conformando uma cultura própria. A identidade presente é concomitantemente uma forma de relação social e de representação espacial, que por fim resultarão na territorialidade, prática de se afirmar no território. Costa (2004) concebe, ainda, que o território, contínuo ou descontínuo, é constituído de múltiplas relações de poder e pelo conjunto de dimensões política, econômica e simbólica, além de ser o lócus de reprodução das relações sociais.

Sob a ótica da legislação vigente, de acordo com a Lei nº. 11.959 de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da

Pesca, a atividade pesqueira envolve “todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conversação, processamento, transporte, comercialização e pesquisas dos recursos pesqueiros” (BRASIL, 2009).

Além disso, “consideram-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal” (BRASIL, 2009).

Ainda de acordo com essa Lei, é considerada pesca artesanal a atividade que é

(...) praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte (BRASIL, 2009).

Por um lado, essa Lei de fato reconheceu todas as pessoas envolvidas na rede pesqueira como parte importante do processo de trabalho, sejam elas homens, que são maioria entre os que vão para o alto mar, sejam mulheres, que participam de outras atividades, como a confecção das redes e a comercialização do pescado.

Entretanto, cabe a discussão acerca do real aumento de trabalhadores (as) no ramo da pesca artesanal. Com essa nova Lei, passam a ser considerados pescadores outros indivíduos inseridos no processo de trabalho, ligados de maneira direta e indireta à pesca, tendo por consequência um crescimento nos dados absolutos. Com isso, oculta-se o efetivo processo que vem ocorrendo no Espírito Santo, assim como em Barra do Riacho, correspondente à gradativa diminuição de pescadores artesanais, devido aos vários conflitos e às diferenças de racionalidade, em que o domínio do sistema hegemônico traça planejamentos desenvolvimentistas que restringem as atividades pesqueiras. No caso em discussão, podemos dizer que o setor de celulose vem interferindo de maneira gravíssima no modo de vida dos pescadores ao longo de mais de quatro décadas. Somam-se a isso as outras atividades industriais em vigor na região, além dos anseios pela ampliação da atividade portuária e petroleira.

O Estado classifica o pescador artesanal como profissional da área, que é reconhecido mediante o Registro Geral da Pesca, possuindo licenças para realizar a atividade de acordo com a espécie e o período do ano. De acordo com o Censo da Pesca (2004), 58% dos pescadores são nativos de Barra do Riacho e o tempo de trabalho acumulado na pesca varia em média entre 20 a 30 anos exercendo a atividade.

Diegues (2004) destaca que a pesca artesanal é a “última atividade de caça realizada em grande escala”, e que, no entanto, está comprometida em toda a costa

litorânea do estado assim como do Brasil. Esse processo de diminuição da quantidade e qualidade das atividades da pesca artesanal se iniciou na década de 1970, com a efetivação dos grandes projetos que passaram a afetar a biodiversidade marinha e, por consequência, o ofício dos pescadores.

Considerando a realidade conflituosa atual, a atividade artesanal, exercida antes e durante a chegada das grandes indústrias, experimentou mudanças no cotidiano. A maioria dos pescadores presenciou uma série de impactos provocados pelas atividades industriais, que acarretaram a diminuição da piscosidade (quantidade de peixes). No próximo item, será feita uma maior abordagem sobre esses empreendimentos.

A transformação espacial do setor industrial

Os projetos e ações dominantes exercem uma espécie de controle sobre as demais atividades no território (SANTOS, 2006). Estar nele e conhecê-lo significa também o produzir. Diante disso, tanto os pescadores artesanais quanto as empresas moldam o território, acentuando a conflitualidade devido aos interesses particulares que cada um possui, dando então sentido diferenciado às relações que por sua vez provocam tensões entre as distintas territorialidades. Existe, ainda, a previsão de que em três décadas, haverá uma redução de 50% a 80% no número de pescadores artesanais na costa brasileira (AFONSO apud BRANCO; SGANZERLA, 2010).

O campo teórico dos Conflitos Ambientais que problematiza as injustiças e os impactos ambientais, refletindo semelhanças em distintas realidades, produziu o termo “zona de sacrifício”, que passa a designar localidades onde há ocorrência de múltiplas e sobrepostas práticas, concentradas espacialmente, ambientalmente agressivas, atingindo populações diversas, tais como negros, indígenas, camponeses, pescadores ou outras minorias. Essas zonas são

Objeto de uma concentração de práticas ambientalmente agressivas, atingindo populações de baixa renda. Os moradores dessas áreas convivem com a poluição do ar e da água, depósitos de resíduos tóxicos, solos contaminados, ausência de abastecimento de água, baixos índices de arborização, riscos associados a enchentes, lixões e pedreiras. Nestes locais, além de presença de fontes de risco ambiental, verifica-se também uma tendência a sua escolha como sede de implantação de novos empreendimentos de alto potencial poluidor. Tais localidades são chamadas, pelos estudiosos da desigualdade ambiental, de “zonas de sacrifício” ou “paraísos da poluição”, onde a desregulação ambiental favorece os interesses econômicos predatórios, assim como as isenções

tributárias o fazem nos chamados “paraísos fiscais” (ACSELRAD, 2004, p. 12).

Barra do Riacho se encontra a dois quilômetros da fábrica da Fibria e ao lado do terminal portuário, o Portocel, que é o único porto no Brasil especializado no embarque de celulose. Na região, também se localizam várias grandes empresas como a Petrobras, a Canexus² e a Evonik Degussa, esta última situada numa das entradas do bairro.

Além dessas empresas, outros grandes empreendimentos industriais estão para se instalar em Barra do Riacho, como a Nutripetro, o Estaleiro Jurong Aracruz (EJA), a Imetame, o Terminal Aquaviário de Barra do Riacho (TABR), o Terminal de GNL de Barra do Riacho (TBR) e a Base de Apoio Barra do Riacho (BABR) da Petrobras, além do projeto de ampliação do Portocel. Ocorre então uma tendência política planejada de adaptar o lugar (Barra do Riacho) a um conjunto de objetos técnicos. Abaixo, veremos sinteticamente algumas das produções geradas pelas empresas já existentes e as atividades a serem desempenhadas pelos empreendimentos que estão em processo de instalação.

Quadro 1: Situação dos empreendimentos

Empreendimentos existentes	
Fibria (Fábricas A, B e C)	Produção de celulose branqueada e responsável por milhares de hectares com monocultivos de eucalipto, estabelecidos ao longo do estado do ES, que servem de matéria-prima para confecção de seus produtos, sendo a maioria para exportação.
Portocel	Porto especializado na exportação de celulose.
Canexus	É responsável por produzir Clorato de Sódio (maior fabricante do Brasil), Cloro, Soda Cáustica, Ácido Clorídrico, Ácido Sulfúrico, Hipoclorito de Sódio e Hidrogênio, atendendo a demanda da Fibria, no que diz respeito ao branqueamento de celulose, e de outras empresas que atuam no setor de papel e celulose.
Empreendimentos Planejados ou em processo de implantação	
Petrobras	TABR, TBR e BABR: Projeção de armazenamento de gás natural processado, bem como distribuição do produto via navios-tanque. Por meio deles, está previsto escoar o GLP (gás liquefeito de petróleo), C5+ (gasolina) e outros produtos resultantes do processamento de gás natural do Polo Cacimbas, além de derivados do gás natural e a produção de fertilizantes que está em processo de desenvolvimento em Linhares.
Nutripetro	Projeção de construção de um retroporto multimodal, havendo capacidade infraestrutural de armazenar e distribuir cargas diversas.
Estaleiro Jurong Aracruz (EJA)	Projeção de construção de estaleiro voltado para atender embarcações e plataformas de empresas diversas, principalmente da Petrobras. Um dos objetivos da empresa é a construção da primeira sonda de perfuração de poços petrolíferos feita no país. Também irá produzir e realizar reparos navais.
Imetame	Projeção de construção de um terminal portuário para atender plataformas marítimas da Petrobras e de outras empresas do setor, e criação de um terminal industrial logístico.
Portocel II	Expansão do porto exportador de celulose.

Fonte: Trabalho de campo. Organização do autor.

² A empresa foi criada pela Aracruz Celulose e transformada posteriormente na Nexen Química Brasil. Atualmente, denomina-se Canexus Química Brasil Ltda. e está ligada a uma unidade transnacional canadense.

Percebe-se, então, a configuração industrial que se territorializou, ou está em processo de territorialização, em Barra do Riacho. Essa particularidade local é denominada equidade geográfica, que se constitui em uma “configuração espacial e locacional de comunidades em sua proximidade a fontes de contaminação ambiental e instalações perigosas” (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 17). Esses autores afirmam que comunidades mais empobrecidas tendem a receber (através da imposição dos mecanismos político-econômicos) projetos em grande escala, que acarretam desequilíbrios e impactos regionais. Essa combinação de produção industrial concentrada, que domina espaços próximos, possui uma lógica própria, moldando então formas e arranjos específicos na ordem política e econômica vigente. A lógica desenvolvimentista está presente historicamente no país e, no atual momento, encontra-se em seu ápice, no Espírito Santo. Isso está explícito no principal documento de planejamento político do estado, o Plano Estratégico de Desenvolvimento do estado do Espírito Santo, que foi elaborado em 2003, pela Organização Não-Governamental Espírito Santo em Ação, que, no mesmo ano, em parceria com o governo, elaborou o plano “Orientações Estratégicas de Governo 2003-2006”.

O Espírito Santo em Ação é composto pelas principais grandes empresas que atuam no estado (Fibria, Imetame, Garoto, Oi, ArcelorMittal, Samarco, Vale, Coca-Cola, Cepemar, etc.) e que articulam seus planos privados, adotados como políticas públicas pelo governo do estado, que os financia. A publicidade desse plano é fundamental para o grupo, logo, para isso, a presença da Rede Gazeta, Rede Tribuna e TV Capixaba se faz estratégica para divulgar o plano através de seus meios de comunicação em massa.

Posteriormente, em agosto de 2006, é criado o planejamento estratégico “Espírito Santo 2025”, com o objetivo de estabelecer uma agenda de projetos desenvolvimentistas para o estado e, assim, traçar planos e metas para as ações do poder público estadual. Esse documento visa a guiar as práticas do estado, delimitando no território um tipo de zoneamento estratégico para suas ações em vários setores. Logo, o planejamento que se pretende para uma determinada localidade sofre total influência desse plano. Em Barra do Riacho, presencia-se conflitos que giram em torno da subalternização da pesca, decorrentes de processos e planejamentos do governo, que conferem às grandes empresas prioridade nas ações de organização territorial.

Como exemplo, o documento aponta que cerca de R\$16,5 bilhões serão investidos na Microrregião Polo Linhares entre 2009 e 2014, representando 26% dos investimentos previstos no estado (IJSN, 2009). Os principais investimentos se darão nos setores de energia, petróleo e gás, indústria naval e celulose, que, por sua vez, estão presentes em Barra do Riacho. Soma-se a isso uma grande quantidade de recursos de investimento originário do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal. Pelo PAC, diversos empreendimentos e infraestruturas vêm sendo construídos no país, inseridos no contexto de planejamento da América do Sul, através da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Com doze eixos de integração, esse megaplano visa a modernizar, desenvolver e integrar fisicamente a infraestrutura dos 12 países, tendo como principais financiadores o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Analisando o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba (Pedeag), no subtópico referente à Pesca e Aquicultura, observa-se que uma das metas é “avançar na melhoria da infraestrutura pesqueira, como acesso a barras, atracação e sinalização” (PEDEAG, 2008, p. 55). Porém, o que vemos é a imprevisão de se resolver a problemática nesse aspecto, que se mantém há várias décadas em Barra do Riacho, pois o problema de “fechamento da boca da barra”, ou seja, relativo ao assoreamento da foz, impacta a forma de trabalho, impedindo o ir e vir dos barcos³.

Esse plano foi revisado e atualizado no fim do ano de 2011, sendo então intitulado ES2030 e lançado oficialmente no Centro de Convenções de Vitória, com a presença de chefes políticos de Estado e de representantes das grandes empresas que compõem o grupo. Percebe-se que o poder público e o poder privado caminham juntos na conquista de um domínio territorial, beneficiando, no caso de Barra do Riacho, as empresas industriais que concebem o território como recurso a ser explorado, ou seja,

Cada empresa, porém, utiliza o território em função dos seus fins próprios e exclusivamente em função desses fins. As empresas apenas têm olhos para os seus próprios objetivos e são cegas para tudo o mais. (...) Tudo que existia anteriormente à instalação dessas empresas hegemônicas é convidado a adaptar-se às suas formas de ser e de agir, mesmo que provoque, no entorno preexistente, grandes distorções (SANTOS, 2006, p. 85).

Percebe-se que diferentes atores públicos e privados cooperam na formulação e aplicação de políticas públicas em todas as esferas. Suas atividades, no território, possuem

³ Veremos mais sobre esse problema adiante.

um sentido próprio, segundo o qual as ações são pensadas para agir dentro de um determinado contexto. Logo,

As ações hegemônicas se estabelecem e se realizam por intermédio de objetos hegemônicos, privilegiando certas áreas. Então, como num sistema de sistemas, o resto do espaço e o resto das ações são chamados a colaborar (SANTOS, 1999, p. 247).

Os objetos hegemônicos são constituídos pelas estruturas (barragem, represas, rodovias, eclusas, canais artificiais, portos, sistema de esgoto e rejeitos) construídas pela indústria de celulose e suas parceiras de insumos, pelo sistema portuário e, mais recentemente, pelas indústrias navais, de petróleo e gás. Já o restante do espaço, no estudo em questão, é composto por todos aqueles indivíduos ou grupos sociais que não estão inseridos na lógica produtivista em larga escala, como é o caso dos pescadores artesanais, Guaranis e Tupiniquins. A própria política que o Estado constrói também é parte de um todo de ações e objetos hegemônicos. Os “empreendimentos produtivos desestabilizam as práticas espaciais de populações tradicionais” (ACSELRAD; MELLO E BEZERRA, 2009, p. 146), uma vez que os lugares são planejados para receberem ou não determinados objetos técnicos, aqui compreendidos como toda infraestrutura industrial, sendo que Barra do Riacho foi “orientada” a absorver toda essa carga de grandes projetos, gerando então os conflitos. Assim,

A acessibilidade aos recursos naturais, assim como seu deslocamento, revelará a natureza das relações sociais e de poder entre os do lugar e os de fora do lugar onde se encontram (...) o que implicará relações de pertencimento e estranhamento (um nós e um eles), assim como relações de dominação e exploração, através do espaço, pela apropriação/expropriação de seus recursos (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 66).

A apropriação e expropriação dos recursos ocorrem devido ao poder que as empresas exercem no local, causando conflitos entre os “do lugar” (pescadores artesanais) e os “de fora do lugar” (empresas), ao agirem como “donos” da área desde o anúncio de sua implantação. A partir de suas instalações, as empresas exercerão poder sobre o lugar, conflitando com a racionalidade dos (as) pescadores. Ressalta-se ainda que, antes das grandes empresas se instalarem, foi o desmatamento que alterou a região.

Até a década de 1950, Barra do Riacho era um povoado de pescadores com maioria de caboclos e índios que viviam em equilíbrio com seu ecossistema: a Mata Atlântica, o Rio Riacho, o tabuleiro de mariscos, as praias e o oceano Atlântico. Tendo obtido uma concessão do governo estadual, a Cia. Ferro e Aço passou a desmatar a floresta e a fazer carvão para seus fornos na área metropolitana de Vitória (...) usando

lenhadores e carvoeiros do sul da Bahia e nordeste de Minas Gerais em situação de semi-escavidão, ainda encontrados no Brasil atual (COUTINHO, 2000, p. 315).

Nos anos de 1960, a Companhia Ferro e Aço de Vitória entrou em falência e os desmatamentos tornaram-se frequentes novamente a partir de meados dessa mesma década, porém, em razão das atividades da Aracruz Florestal, que iniciou a monocultura de eucalipto.

Os impactos socioambientais e a indústria de celulose

Várias comunidades de camponeses, posseiros, meeiros, pescadores, quilombolas e indígenas viviam pelo interior do norte do estado, onde se territorializou o monocultivo de eucalipto a partir da década de 1960. Segundo Dalcomuni (1990), destaca-se principalmente o ano de 1969, quando a monocultura saltou de uma área com cerca de 3.000 hectares, registrados no ano anterior, para 8.649 hectares, ou seja, de um ano para outro a área quase triplicou no estado. De acordo com a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB-ES) (2004), constata-se, através de fotos aéreas de 1965, que a região de Aracruz era coberta pela mata nativa, até então com poucos fragmentos de áreas desmatadas.

No entanto, os governos que estavam aliados aos interesses da Aracruz Celulose, ignoraram a presença desses moradores, considerando a região norte como um vazio demográfico, para, assim, territorializar a monocultura industrial, baseando-se no discurso de domínio da ciência e da técnica, dando andamento, então, à política desenvolvimentista.

O projeto de modernização, por parte das elites capixabas, é acelerado em consonância com as políticas de desenvolvimento do Governo Federal que, por sua vez, está alinhado às perspectivas internacionais, realimentando as relações sociais e de poder da moderno-colonialidade (ANTONGIOVANNI, 2006, p. 81).

O biólogo Augusto Ruschi foi um dos cientistas que começou a denunciar o fato de que as espécies da ornitofauna nativa da Mata Atlântica estavam sendo destruídas pela Aracruz Celulose.

As espécies eram abundantíssimas nas matas que ligava Santa Cruz a Aracruz, onde foram feitas e ainda continuam as derrubadas com dois tratores em paralelo, ligados por um correntão, que avançavam sobre a floresta virgem (...) sendo derrubada, e a cada dia são centenas de hectares, e após um mês recebem fogo, e logo com a calagem do terreno, vem em seguida o plantio de eucalipto (RUSCHI, 1971 apud AGB-ES, 2004, p. 5).

Segundo a AGB-ES (2004), as fotos aéreas de 1965 demonstram que a região de Aracruz era coberta pela Mata Atlântica. Em análise posterior, das imagens de 1975, verificou-se que aproximadamente 30% da floresta nativa havia sido substituída pelo monocultivo de eucalipto. No mesmo relatório, ao analisar os dados do IBGE, constatou-se que dos 66,3% do território capixaba cobertos por floresta nativa, no ano de 1950, restaram somente 8,5% em 1970. Percebe-se, então, como a Aracruz Celulose contribuiu para o desmatamento das matas nativas, abrindo caminhos para a expansão da monocultura de eucalipto.

Com o passar dos anos e com a construção das novas unidades fabris, a Aracruz Celulose precisou aumentar seu consumo de água e a exploração de terras para expandir os plantios de eucaliptos. Hoje, existem no município de Aracruz, em Barra do Riacho, três fábricas: a Fábrica A, inaugurada em 1978; a Fábrica B, em 1991; e a Fábrica C, em 2002. Esta última acentuou ainda mais os impactos socioambientais na região, especialmente no que diz respeito ao consumo exacerbado de água, que interferiu bastante na vida dos pescadores, em razão do desvio do curso do Rio Riacho em direção à montante do Rio Gimuhuna, e da construção do Canal Caboclo Bernardo, direcionando a água do Rio Doce para a Bacia do Rio Riacho, para, ao final, abastecer os reservatórios artificiais. De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) elaborado pela empresa de consultoria Cepemar, em 1999, o consumo industrial de água aumentaria, saltando de 1,54 para 2,22 metros cúbicos por segundo (RIMA, 1999). Nesse mesmo relatório da Cepemar, registrou-se que a quantidade de água consumida diariamente pelas fábricas A e B é de 154.000 m³/dia e o consumo da fábrica C inicialmente seria de 248.000 m³/dia. Isso afetaria diretamente a pesca artesanal, visto a importância da bacia do Rio Riacho, mas mesmo assim os pescadores não foram procurados no período de realização do EIA/RIMA e nem convidados a participar da única audiência pública de avaliação e divulgação de seus resultados, realizada em 14 de fevereiro de 2000.

A água sempre foi, desde o início da operação, um elemento fundamental para a execução do processamento industrial da celulose. Segundo estudos da FASE (2006), em relação às obras de abastecimento de água para a empresa, essa era uma das etapas que estavam mais adiantadas no período da inauguração, em 1978, tendo em vista a canalização e os desvios dos rios e córregos da bacia do Rio Riacho. Entretanto, os

relatórios da Aracruz Celulose quase nada abordavam sobre o assunto ou sobre os conflitos gerados, na região, com os pescadores, Guaranis e Tupiniquins. Além do mais, duas empresas de suporte foram criadas nesse período. O branqueamento, que consiste em clarear a fibra, é feito a partir do tratamento com peróxido de hidrogênio (produzido pela Evonik Degussa), dióxido de cloro e soda cáustica (produzidos pela Canexus), ambas indústrias de suporte da Aracruz Celulose.

Nessa configuração de sistemas técnicos (SANTOS, 1999), em janeiro de 1985, é inaugurado o Portocel, que se localiza a dois quilômetros da fábrica e bem próximo à foz do Rio Riacho. Hoje, está em processo uma expansão planejada do Portocel, na região em que se encontra a praia da Concha. O Portocel é gerenciado a partir da parceria da Fibria (51%) com a Cenibra (49%). Ele possui uma estrutura com 500.000 m², composta por armazéns, prédio de administração, tanque de abastecimento dos rebocadores, berços de atracação de navios, dolfim de amarração de barcaças e terminal de barcaças (RIMA, 2008). Existe também uma linha férrea, conectada à ferrovia Vitória-Minas, por onde são movimentadas cargas de empresas localizadas em Minas Gerais.

Foco nas escalas dos impactos: Os conflitos e a água

Todos os problemas que serão analisados e que são vivenciados pela pesca artesanal envolvem, de alguma forma, o uso da água, que, por sua vez, compreende relações assimétricas de poder, gerando conflitos territoriais. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), entende-se por conflito pela água:

Ações de resistência, em geral coletivas, para garantir o uso e a preservação das águas e de luta contra a construção de barragens e açudes, contra a apropriação particular dos recursos hídricos e contra a cobrança do uso da água no campo, quando envolvem ribeirinhos, atingidos por barragens, pescadores, etc. (CPT, 2007, p. 10).

Esses conflitos

São aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis (...) decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ACSELRAD, 2004, p. 26).

Após décadas de conflitos, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi instalada na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, em 2002, perante a qual foi denunciado um histórico de impactos ocorridos em Aracruz, destacando, dentre outras, as problemáticas adversas ligadas à poluição e ao comprometimento da pesca artesanal

provocado pelo Canal Caboclo Bernardo, em virtude da difusão de águas contaminadas do Rio Doce para o Rio Comboios (afluente do Rio Riacho) e da criação das quatro comportas localizadas no Rio Riacho, que diminuem a quantidade de água em sua foz.

Todos esses processos geram graves consequências para o ambiente. É necessário, então, perceber que as atividades industriais geram, além de proveitos e lucros para a camada empresarial, rejeitos numa escala tão complexa a ponto de ser difícil definir a proporção de organismos vivos atingidos. Ademais, cabe observar que

O processo de produção, entretanto, não se resume às suas diferentes etapas – produção, distribuição, circulação e consumo – como comumente os economistas o veem. Há também os rejeitos – os efluentes sólidos, líquidos e gasosos – cuja natureza físico-química está desigualmente configurada numa geografia desigual de rejeitos e proveitos nas suas diferentes escalas geográficas (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 69).

Os distintos rejeitos podem ser notados no cotidiano da pesca artesanal, considerando que os resíduos da fábrica de celulose são descartados no oceano através de três emissários submarinos, sendo que os dois primeiros já existiam desde a instalação da primeira fábrica, em 1978, e o terceiro entrou em uso a partir da construção da segunda fábrica. Eles são lançados a uma distância de 1,7 km da linha de costa e a 17 metros de profundidade.

O Canal Caboclo Bernardo no Rio Doce

A atividade de produção de celulose consome uma enorme quantidade de água, aproximadamente 248.000 m³ por dia (FASE, 2006, p. 24). Com a efetivação operacional das atividades da terceira fábrica da Aracruz Celulose, foi providenciado, junto às prefeituras de Aracruz e de Linhares, um plano para seu autoabastecimento, denominado “Projeto de Aumento da Disponibilidade Hídrica nas Várzeas do Riacho nos Municípios de Aracruz e Linhares”.

Como a vazão da bacia do Rio Riacho não seria suficiente para o abastecimento da ampliação da capacidade produtiva da Fábrica C, em 1999, a empresa abriu um canal no Rio Doce, na fazenda Monterrey, no município de Linhares, chamado de Canal Caboclo Bernardo, designado para desviar água através dos antigos canais do

Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS⁴), desaguando no Rio Comboios (que era livre de poluição) e no Rio Riacho, chegando até as represas que abastecem o estabelecimento. Essa engenharia produziu, inclusive, a inversão de alguns cursos d'água, que passaram a “subir” através de bombeamento, até a água chegar às represas. Houve então uma transposição de bacias hidrográficas, levando águas do Rio Doce, que juridicamente pertence à União, aos Rios Comboios e Riacho, que pertencem ao estado, alterando o comportamento hídrico da região (AGB-ES, 2004).

Segundo Maracci (2010), os canais do DNOCS foram construídos com a finalidade de drenar água das áreas pantanosas, direcionando os fluxos hídricos ao Rio Riacho, tendo como objetivo final a ampliação da área agrícola e da pecuária bovina. Esses canais foram responsáveis por secar áreas de várzea, alagados e lagoas, que eram ecossistemas riquíssimos da região. Além de alterarem a dinâmica hídrica, prejudicaram as comunidades que utilizavam esses ambientes para práticas agrícolas e de pesca.

Hoje, esses canais são reaproveitados principalmente para atender a demanda de água da fábrica. Toda a água flui exclusivamente por gravidade no percurso trilhado pelos canais, e foi preciso fazer apenas sua manutenção recuperativa. Para tal feito, não foi elaborado nenhum EIA/RIMA, conforme determina a Resolução do Conama (nº 001 de 23 de janeiro de 1986, artigo II, parágrafo 8), e a população da região, incluindo os pescadores, não foi consultada, ferindo também a Lei estadual de Meio Ambiente em sua seção IV, artigo 187, que diz que as comunidades locais impactadas devem ser consultadas. A obra foi realizada com autorização da Secretaria para Assuntos de Meio Ambiente, depois de solicitada pelo município de Aracruz.

A redução do pescado foi sentida pelos pescadores. Reduziu-se a presença no rio do camarão Pitú e de alguns peixes, como Robalo⁵, Traíra, Crumatá e Tucunaré. O entorno do rio, que era composto de várzea, brejos e pântanos, que faziam parte da dinâmica da agricultura dos indígenas, foi afetado devido à alteração da vazão da água, comprometendo sua produção de alimentos. De acordo com a AGB-ES (2004), antes da construção do canal, era possível beber, pescar e tomar banho, bem como realizar outros afazeres no Rio Comboios. Hoje, a qualidade da água já não é a mesma.

⁴ Os canais do DNOCS foram construídos na década de 1960. Após sua desativação, foram recuperados e apropriados, objetivando atender a demanda de água do complexo de celulose. Um trecho de aproximadamente 15 km do Rio Riacho foi também canalizado pelo DNOCS.

⁵ O robalo é um peixe de água salgada, entretanto, se procria em água doce de rios e manguezais.

Em 2011, a 4ª Vara Federal Cível do Espírito Santo condenou a antiga Aracruz Celulose, a Fibria e o município de Aracruz por não realizarem EIA/RIMA quando fizeram a transposição de águas do Rio Doce para a bacia do Rio Riacho. Posteriormente, a empresa recorreu e a sentença foi suspensa. A problemática vem ganhando novos contornos após a contaminação do Rio Doce pela barragem de rejeitos da Samarco/Vale/BHP.

Os desvios fluviais e as comportas para abastecimento

Na altura da confluência do Rio Gimuhuna e do Rio Riacho, a Aracruz Celulose instalou, após o início das operações em 1978, quatro comportas que servem para impedir ou liberar que a água faça seu percurso natural, conforme o interesse da empresa. Através de um sistema de bombeamento hídrico, que faz com que as águas do Rio Gimuhuna sejam “puxadas” na direção contrária à confluência, retornando à montante, a empresa capta a quantidade de água desejada para seu processo produtivo. Ou seja, ocorre um procedimento de inversão do curso da água que faz com que o Rio Riacho, carregado por seus sedimentos, chegue sem força à sua foz, uma vez que a vazão da água diminui consideravelmente. Por meio das quatro comportas instaladas no Rio Riacho, as águas são desviadas pelo Rio Gimuhuna (com curso d’água invertido), que fica nas proximidades de Barra do Riacho, passando pela estação elevatória Mãe Boa-Pavor, em direção aos três reservatórios da fábrica. Com a construção das quatro comportas no Riacho para desviar a água do rio para os reservatórios, os efeitos foram notados imediatamente pelos pescadores artesanais. A empresa afirma que, na época da construção das comportas, não era obrigatório o EIA/RIMA, justificando ainda que seu sistema de abastecimento de água está permitido de acordo com a lei e a Licença de Operação. Segundo um pescador,

Quando antigamente nós não ia (sic) fazer a pesca no mar, pescava no rio mesmo aqui, era muita a quantidade de peixe, robalo, taíinha, tudo quanto é qualidade de peixe da água doce a gente tinha né (sic), depois que chegou a Aracruz e montou aquela barragem lá em cima que toma com as represas nossa água, matou o rio ai (sic), o peixe desapareceu, foi acabando tudo, acabo (sic) tudo (Pescador 2, Entrevista realizada pelo autor em Barra do Riacho em 29 de março de 2012).

As represas estão num nível topográfico superior ao rio que capta água e ao terreno circundante. Somente com essas bombas de sucção é que as águas têm seu curso invertido através do Rio Gimuhuna. Esse sistema de bombeamento, juntamente com o mecanismo

das comportas, é que libera ou retém a água do rio, de acordo com a necessidade industrial de fabricação da celulose. Em 2011, ocorreu uma dragagem do Rio Gimuhuna, com supressão de mata ciliar, sem nenhum licenciamento, para aumentar a disponibilidade de água bombeada pelo rio. Então, os moradores, incluindo os pescadores, fizeram a denúncia referente a mais essa obra executada sem licença ambiental.

O assoreamento da boca da barra

Com todo esse sistema de comportas e desvios construído por objetos técnicos (SANTOS, 1999), a foz restou assoreada pelo mar, pois o volume de água doce do Rio Riacho diminuiu, e surgiu uma imensa massa de areia, impedindo que os barcos dos pescadores entrem e saiam da barra para o mar ou do mar para a barra, uma vez que, com o “intenso desequilíbrio dos processos deposicionais e erosionais entre o rio e o mar na foz do Riacho, o controle morfológico se dá agora pelo domínio da ação das ondas do mar” (MARACCI, 2010, p. 16). O mar, através de suas ondas, movimentam os bancos de areia que acabam por fechar a foz, haja vista que esse rio, com vazão reduzida, não deságua em sua quantidade natural devido às comportas e aos reservatórios da Fábria. Logo, os pescadores passam a depender desse processo de encontro das águas para continuar ou não com seu trabalho tradicional. Em época de maré baixa e rio com vazante ínfima, fica impossível fazer esse traslado com os barcos. Algumas iniciativas pontuais passaram a ser tomadas, no entanto, sem alterar a configuração do sistema de abastecimento da fábrica. Segundo o membro da ASPEBR,

A partir do momento que os pescador (sic) conseguiu fazer que (sic) a Aracruz e a prefeitura abrisse a boca (sic) e começou a solicitar a draga para abrir a foz do rio, o processo de abertura da boca da barra acontece, mas sempre, sempre ela tá fechando (sic) [...] As máquinas de dragas puxa (sic) areia e joga na margem direita do rio aqui na praia, mas o mar naturalmente tira areia do barranco, à esquerda, tentando de (sic) repor o material, dependendo a faz (sic) em poucas horas e a foz se fecha novamente não dando para passar os barcos (sic) [...] os pescadores são o (sic) que pagam o preço para sair ou para voltar do mar com o peixe, camarão [...] não sei até quando isso vai continuar, vai chega (sic) um tempo que vai ter que tirar e colocar a fotos (sic) do pescador artesanal da Barra do Riacho expostas num museu! (Entrevista realizada pelo autor em Barra do Riacho em 11 de junho de 2011).

Além disso, de acordo com o pescador,

A nossa pesca aqui depende muito da boca da barra tá (sic) aberta, é tanto problema que a gente tem aqui no mar e ainda tem essa boca aí (sic) que empresa não faz nada para acabar com esse problema (sic), se isso continuar como é que a gente vai trabalhar pescando? (Pescador 3,

Entrevista realizada pelo autor em Barra do Riacho em 28 de março de 2012).

Conforme relatado acima, e devido às reclamações dos pescadores perante a prefeitura municipal de Aracruz e a própria empresa, as máquinas retroescavadeiras constantemente têm que ir até a foz, na Barra do Riacho, para tirar a areia e abrir um canal para que haja o encontro da água do rio com a do mar; é somente assim que os barcos podem passar temporariamente.

Quando a foz do rio se encontra fechada, os pescadores têm de se arriscar e ancorar os barcos na praia, onde o vento é intenso, podendo então danificar a embarcação no choque com as ondas fortes, além de proporcionar uma dificuldade logística para desembarcar seu pescado em terra firme quando chegam do mar. A Associação de Pescadores vem fazendo, há mais de 25 anos, diversas denúncias sobre os danos ambientais causados pela Aracruz Celulose, relatando também que em vários dias do ano os pescadores são impedidos de pescar, devido ao assoreamento da boca da barra.

Percebe-se o quanto a Aracruz Celulose/Fibria dominou o território, mediante a instauração das inúmeras e extensas áreas de plantio de eucalipto (muitas implantadas através da apropriação de terras devolutas onde se encontravam indígenas e quilombolas), das três fábricas e do porto (e suas barcaças com eucalipto e navios com fardos de celulose), bem como das fábricas de apoio, promovendo uma dominação técnica de toda a bacia do Rio Riacho.

Novos arranjos industriais: a inserção do setor petroquímico em Barra do Riacho

Na década de 2000, as descobertas do pré-sal materializaram a impulsão da construção de empreendimentos diversos ligados ao setor petroquímico em Barra do Riacho. Em 2007, foram descobertos óleo e gás na Bacia de Campos, a 7000 metros de profundidade, o que estimulou, no Espírito Santo, a execução e ampliação da indústria voltada ao setor. De acordo com a ASPEBR, a consulta e o processo de participação da população de Barra do Riacho e Barra do Sahy, vizinhas aos empreendimentos, através de reuniões ou audiências públicas, durante anos praticamente não foram realizados.

A Federação de Pesca do Espírito Santo se posicionou, em janeiro de 2010, contra a instalação do projeto do Estaleiro Jurong, considerando vários problemas que seriam gerados para a pesca e o ambiente, como a supressão, mediante o aniquilamento de uma estrutura rochosa constituída por concreções limoníticas, da faixa de vegetação litorânea

(degradação da fauna e flora da restinga), local de reprodução de espécies endêmicas e frequentado pelo camarão-rosa, polvos e várias espécies de peixes, além de ser um dos pontos de alimentação das tartarugas ameaçadas de extinção (tartaruga-de-pente, tartaruga-cabeçuda, tartaruga-verde, tartaruga-de-couro, entre outras). Na ocasião, os pescadores fizeram a denúncia e protocolaram um documento junto ao Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA) e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Esse documento não interferiu significativamente a ponto de impedir a construção do empreendimento, sendo arquivado nos órgãos públicos responsáveis. Posteriormente, o EJA ganhou o processo licitatório e iniciou os trâmites de instalação. O processo de licenciamento do EJA, conduzido sob a responsabilidade de elaboração e execução técnica da empresa Serviços em Meio Ambiente e Engenharia (CTA), foi avaliado pelos técnicos do IEMA como inviável de ser executado. Entretanto, a direção do IEMA aprovou oficialmente o EIA em tempo recorde (cerca de 30 dias), entrando em desacordo com os seus técnicos responsáveis. Além disso, a prefeitura municipal de Aracruz doou uma área pública para o EJA, com o objetivo de contribuir para a medida do governo estadual, que declarou o empreendimento como sendo de utilidade pública. Outra parte do terreno estava sob propriedade da Fibria. A linha de costa a ser explorada pela empresa abrange uma distância de 1550 metros. Também, de acordo com o EJA, uma área de 3500 m² seria dragada no mar para receber as embarcações, devido à baixa profundidade (RIMA, 2009).

Após concedida a licença de instalação para o estaleiro, o Ministério Público Federal (MPF-ES) entrou com uma Ação Civil Pública para suspendê-la, já que, de acordo com os técnicos do IEMA, 88 irregularidades foram identificadas. Segundo a ação:

A experiência negativa de demais empreendimentos na região sobre suas atividades permite com que tenham uma previsão de um futuro negativo da mesma, uma vez que o empreendimento irá somar no sentido de agravar ainda mais a falta de peixes. Dentre os principais impactos apontados pelos pescadores foi apresentada a possibilidade dos peixes se afastarem da costa em função da circulação de embarcações e movimentações diversas na região de instalação do empreendimento. Alguns pescadores se mostraram contra a localização de instalação do empreendimento, alegando ser atualmente a área o principal pesqueiro de camarão na região. Outra questão apresentada diz respeito a prejuízos com a perda de equipamentos, como redes e anzóis, que, segundo os mesmos, são arrastados por embarcações na região (MPF, 2010, p. 112).

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também entrou na justiça contra o licenciamento, mas teve seu pedido negado juntamente com o do MPF.

De acordo com o RIMA do EJA, o número de variedades da fauna a serem afetadas pela operação corresponde a: 25 espécies de cetáceos, 5 de tartarugas, 39 de peixes marinhos, 19 de peixes de água doce, 91 de aves, além de plânctons (fitoplânctons, ictioplânctons e zooplânctons), bentos e insetos. Soma-se a isso a presença de 198 espécies pertencentes a 70 famílias botânicas. Essa pequena descrição, ou melhor, esses números certamente nos indicam que o empreendimento causará impactos para a pesca artesanal na região.

A descoberta do pré-sal impulsionou o setor produtivo no estado, que estabeleceu, então, o Plano de Antecipação da Produção de Gás Natural (PLANGAS), aprovado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Como parte deste, foram criados os Dutos Cacimbas-Barra do Riacho e, ao lado do Portocel, encontra-se em construção o TABR, sob responsabilidade da Petrobras, numa área de 235 hectares (RIMA, 2007). Esses dutos têm origem em Linhares, no Polo de Processamento de Gás Cacimbas, que fornecerá o gás liquefeito de petróleo (GLP) e a gasolina (C5+), que terão como destino o TABR, na Barra do Riacho, cuja finalidade é escoar a produção. O terminal estará apto a receber navios refrigerados para o gás e navios-tanque para transportar a gasolina.

A expectativa da Petrobras é de produzir fertilizantes e produtos derivados do gás natural, como metanol, ácido acético, ácido fórmico e melanina, que serão escoados por meio de dutos até a Base de Apoio Barra do Riacho (BABR), situada numa área de nove hectares ao lado do TABR (RIMA, 2007).

Na direção dos empreendimentos ligados ao setor de exploração petrolífera, encontra-se em tramitação o processo de construção do Terminal Industrial Imetame, numa área de 542 metros quadrados (RIMA, 2011). Esse empreendimento pretenderá abarcar os suprimentos relacionados principalmente à demanda das plataformas de petróleo e outros equipamentos, como tubulação, estrutura e diversas peças voltadas para atender o setor de petróleo e gás. Em Aracruz, encontra-se em funcionamento a Imetame Metal mecânica, que também contribuirá para a fabricação de suplementos metálicos, destinados à “futura” área da empresa no litoral. Essa companhia iniciou sua atividade no ramo de apoio ao setor petrolífero em 2009, através de uma parceria responsável pela

realização da manutenção em plataformas da Petrobras na bacia de Campos. Ademais, esse empreendimento pretende se estabelecer ao sul das instalações do TABR.

A Nutripetro almeja construir o Terminal Portuário de Uso Múltiplo (TPUM), cujas instalações já despontaram ao norte da foz do Rio Riacho. Parte do atual terreno de sua propriedade foi comprada da Fibria. A empresa pretende suprimir uma ampla faixa de manguezal (local de reprodução de várias espécies como o camarão) e construir pontes por cima do Rio Riacho, afetando a já abalada biodiversidade do local. Instalando-se a Nutripetro, juntamente com a expansão do Portocel, a foz já comprometida do Rio Riacho ficaria cercada por dois empreendimentos de alto grau de impacto.

A partir do EIA/RIMA de cada uma dessas empresas, pode-se perceber o quão invisibilizada fica a cultura da pesca artesanal, pois pouco é abordado sobre os impactos que insurgirão sobre o respectivo grupo social. As áreas de influência direta e indireta não retratam a devida importância cultural da pesca artesanal. Impactos, como o aumento expressivo do número de grandes embarcações no território de pesca e a construção de vários píeres, restringirão ainda mais as áreas destinadas à atividade. Segundo depoimento de um pescador,

Essas obras novas comprometerá (sic) mais ainda, talvez para sempre, a vida da pesca na Barra, as empresa (sic) que estão aqui ignoram esses problemas, o camarão vai sumir tudo... já tem as barçaça grande (sic) navegando aí né (sic), quando ficar pronto a Jurong, o Tabr que é Petrobras, e as outras ai (sic), se agente (sic) não sair com os barcos da frente, perdemos tudo porque vai ser rota deles... se for a noite é mais perigoso ainda, mas isso a gente tem evitado de fazer muito (Pescador 1, Entrevista realizada pelo autor em Barra do Riacho em 29 de março de 2012).

Os impactos elencados devem ser compreendidos como um conjunto complexo de processos e particularidades que desencadeiam diversas questões no território.

Precisamos dar um passo adiante no debate que já vimos travando sobre a interdisciplinaridade e incorporarmos outros saberes produzidos a partir de outras matrizes de racionalidade que não são disciplinares. São outros saberes, que foram desenvolvidos por populações que, até aqui, desqualificamos como portadoras de conhecimento (PORTO-GONÇALVES, 2001, p. 49).

A racionalidade hegemônica subalterniza o modo de ser da comunidade pesqueira, ignorando ou desvalorizando os eventuais prejuízos que suas atividades geram. Quijano (2005) denomina esse processo de subalternização de saberes, sendo que, no caso, os pescadores passam por uma invisibilização de seu modo de vida.

Haverá futuro?

A identidade dos pescadores sofre abalos devido ao domínio do território pelas grandes empresas, e é com articulação e através de denúncias que seus problemas podem ser anunciados. Essa questão pode ser interpretada como uma disputa pelo território, considerando que a “luta territorial para essas populações atingidas pela empresa (...) é, assim, a razão central de suas mobilizações políticas, porque o território é a razão central das suas existências identitárias” (MARACCI, 2010, p. 5-6). A área utilizada, então, passa a ser objeto de disputa, na qual a ação dos grupos hegemônicos se sobressai, subalternizando a maneira de viver dos grupos hegemonzados, mesmo que esses ainda tentem resistir com suas práticas. Portanto, percebe-se que

O território se torna, por tudo isso, uma categoria central para dar conta do desafio ambiental contemporâneo, na medida em que comporta, na sua materialidade, a tensão entre diferentes modos de apropriação do espaço. A economia mercantil, pela lógica abstrata que a comanda – a do dinheiro – implica uma dinâmica espacial que desenvolve os lugares (...). Deste modo, instaura tensões territoriais permanentes (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 63).

Essas tensões locais possuem ligação com a ordem global, na qual inúmeras decisões e documentos determinam a configuração dos países. Escobar (1996) recupera um documento influente que ditou várias políticas públicas desenvolvimentistas para os países periféricos como o Brasil. O documento feito pela Organização das Nações Unidas (ONU) defendia que o progresso econômico deveria incluir a eliminação do modo de vida tradicional, independentemente da situação e a qualquer custo.

Hay un sentido en el que el progreso económico acelerado es imposible sin ajustes dolorosos. Las filosofías ancestrales deben ser erradicadas; las viejas instituciones sociales tienen que desintegrarse; los lazos de casta, creído e raza deben romperse y grandes masas de personas incapaces de seguir el ritmo del progreso deberán ver frustradas sus expectativas de una vida cómoda. Muy pocas comunidades están dispuestas a pagar el precio del progreso económico (UNITED NATION, 1951: p.15 apud ESCOBAR, 1996, p. 20).

Na prática, essa eliminação ainda é o que ocorre hoje no mundo, embora as políticas e os discursos públicos tenham passado por mudanças. Atualmente, vigoram políticas públicas mundiais e nacionais, como a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, Lei nº. 6.040 de 2010, que visa a reconhecer e fortalecer os direitos territoriais, valorizando a cultura e a identidade de comunidades tradicionais. Em 2012, foi criada a Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras, almejando garantir direitos na

Constituição e nos Tratados Internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a Convenção nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Diferentemente dos quilombolas e povos originários/indígenas, os pescadores não estão amparados por uma lei específica que garanta o direito ao território no ambiente marítimo ou fluvial e que anuncie a preservação do seu modo de vida, sendo esse um dos objetivos da campanha.

Diante desse quadro, todavia, a experiência demonstra o quanto ficam inviabilizadas essas conquistas sociais, devido à gama de interesses privados das grandes empresas e aos objetivos de planejamento do próprio Estado. De fato, o projeto da ONU da década de 1950 continua ocorrendo em terras onde a colonialidade persiste.

Somando mais impactos à referida narrativa, com o rompimento, em 2015, da barragem de rejeitos de mineração, da Samarco/Vale/BHP, localizada em Mariana (MG), os pescadores de Barra do Riacho integram mais uma entre outras comunidades que tiveram a pesca no mar restringida. Foram cerca de 60 milhões de m³ de rejeitos liberados, sendo esse o maior crime socioambiental já ocorrido no país e um dos maiores do mundo envolvendo o setor de mineração. Cerca de 1.249 pescadores (as) estavam cadastrados nas áreas atingidas pelos rejeitos em Minas Gerais e no Espírito Santo (POEMAS, 2015), mas é sabido que o número de atingidos extrapola esse cadastro (passando de 11.000 pescadores), como visualizado em diversas manifestações ao longo da bacia e na área litorânea.

Uma liminar da Justiça Federal no Espírito Santo, em acordo com o MPF, proibiu, em fevereiro de 2016, a pesca entre Barra do Riacho e Degredo, em Linhares. A pesca ficou proibida até 25 metros de profundidade para, em junho, após intervenção do MPF, ser alterada para 20 metros de profundidade. Essa liminar, assim como a contaminação pelos rejeitos, alterou significativamente o cotidiano da pesca, aprofundando mais uma vez os impactos, dessa vez por um empreendimento localizado fora da bacia do Rio Riacho; bacia essa também atingida, pois está ligada ao Rio Doce pelo Canal Caboclo Bernardo.

Considerações finais

Os impactos aqui sinalizados são apenas uma amostra do que já ocorreu em décadas passadas. Os novos acontecimentos e empreendimentos estão em curso por conta da presença e atuação dessas mesmas empresas supramencionadas, reconfigurando a “zona de sacrifício” com novas singularidades. Segundo todos os relatos dos pescadores, ficou evidenciado que a ictiofauna está diminuindo de maneira rápida no mar, assim como

já se encontra avançada a diminuição de espécies nos rios da bacia. A territorialidade da pesca artesanal está sendo ameaçada pelos projetos industriais de lógica desenvolvimentista, estabelecendo conflitos de ordem material e simbólica.

Nesse sentido, é importante realizar e documentar as vozes subalternizadas dos pescadores artesanais, sua história oral e até mesmo os registros de memórias antigas, visto que, infelizmente, de acordo com suas próprias perspectivas, a atividade está condenada a desaparecer nos próximos anos, se o rumo da história se mantiver na mesma linha de processos excludentes.

No contexto de conflitos e impactos socioambientais de Barra do Riacho, os governos federal, estadual e municipais são responsáveis por retroalimentar as disputas, pois, aprovam e disseminam grandes projetos industriais (portuário, petroleiro, químico-celulósico, etc.), que inclusive ferem a legislação ambiental, ao definirem os destinos dos arranjos produtivos e seu local de instalação, considerando os pescadores artesanais e dezenas de outros grupos sociais como um impedimento territorial à sua perpetuação. A resistência é construída a cada dia, em cada pesca e saída para o mar, nos territórios pesqueiros, grafados com suas referências espaciais.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, H. *Conflito social e Meio Ambiente no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Relume Dumará, 2004.

ACSELRAD, H; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, Gustavo das Neves Bezerra. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ANTONGIOVANNI, L. L. *Território como abrigo e território como recurso no norte do Espírito Santo: Territorialidades em tensão e projetos insurgentes*. Tese (Doutorado Programa de Pós-Graduação em Geografia). Niterói: UFF, 2006.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS-AGB – Seção Espírito Santo. *Impactos da apropriação dos recursos hídricos pela Aracruz Celulose nas terras indígenas Guarani e Tupinikim* – ES. Vitória. AGB-ES, março de 2004.

BRANCO, M; SGANZERLA, E. *Pescadores Artesanais do Espírito Santo*. Curitiba. Editora Esplendor, 2010.

BRASIL. Lei nº. 11.959 de 29 de junho de 2009. *Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca*. Diário Oficial da União, 2009.

CENSO DA PESCA, 2004. *Censo da pesca artesanal marítima no estado do Espírito Santo*. PETROBRAS/FCAA, 2004.

COSTA, R.H. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

COMISSAO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no campo Brasil*. Goiânia, 2007.

COUTINHO, J. M. Educando e transformado: Ação Educativa Militante em Barra do Riacho, Aracruz, ES In: *Ensaio: Avaliação e políticas públicas em educação*. Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, n° 28, jul-set., 2000, p.313-332.

DALCOMUNI, S. M. *A implantação da Aracruz Celulose no Espírito Santo – Principais interesses em jogo*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola). Itaguaí, UFRRJ 1990.

DIEGUES, A. C. *A pesca construindo sociedades: Leituras em antropologias marítima e pesqueira*. São Paulo: USP, 2004.

ESCOBAR, A. Introducción: el desarrollo y la antropología de la modernidad. In: ESCOBAR, A. *La invención del tercer mundo: construcción u desconstrucción del desarrollo*. Bogotá- Colômbia: Editorial Norma S. A, 1996.

FASE. *H2O para celulose X água para todas as línguas –o conflito ambiental no entorno da Aracruz Celulose S/A –Espírito Santo*, Vitória, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. *Censo Demográfico*, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 de abril de 2017.

INSTITUTO JONES SANTOS NEVES (IJSN). *Espírito Santo em mapas*. 2.ed. Vitória, 2009.

GUERRA, A. T. *Dicionário Geológico-Geomorfológico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

MARACCI, M. T. *Apropriação e Ressignificação da água pela racionalidade econômica industrial (Espírito Santo - Brasil)*. Revista Geografares, n°8. 2010. p.1 a 23.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (MPF-ES) *Ação Civil Pública* Ref. Procedimento Administrativo n° 117003000018/2010-17 2010.

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA CAPIXABA (PEDEAG). *Novo Pedeag 2007-2025*. Vitória, 2008.

POEMAS. *Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG)*. Mimeo. 2015.

PORTO-GONÇALVES. C. W. *O desafio Ambiental - Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização*. Org: Emir Sader. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004.

_____. Meio ambiente, ciência e poder: dialogo de diferentes matrizes de racionalidade. In: SPOSATI, Aldaíza, SAWAIA, Bader BURIHAN, PORTO GONÇALVES. Carlos Walter; et al *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo: Fapesp, 2001.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005, p.227-278.

RIMA-RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL. *Dutos cacimbas- Barra do Riacho e Terminal Aquaviário de Barra do Riacho*. Biodinâmicas Engenharia e Meio Ambiente. Set. 2007.

_____. *Estaleiro Jurong Aracruz*. CTA Serviços em meio ambiente. Aracruz. Dez 2009.

_____. *Fiberline C*. Relatório Técnico CPM RT 79/99. CEPEMAR. Dez 1999.

_____. *Portocel II*. Relatório Técnico Complementar. COM CT 609/08. Cepemar. Dez. 2008.

_____. *Terminal industrial Imetame*. Relatório técnico CPM RT 395/11. Cepemar. Dez. 2011.

SANTOS, M. *Por uma outra Globalização: do pensamento único a consciência universal*. 13ª edição. Rio de Janeiro: Ed Record, 2006.

_____. *Natureza do Espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. 3ª edição. São Paulo: Hucitec, 1999.